



## **A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS E BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE SUA APLICAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Jocelaine Souza VALÉRIO<sup>1</sup>; Ana Paula Serrath de BRITO<sup>1</sup>; Leidiane Amorin Soares GALVÃO<sup>1</sup>**

1. Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil.  
Autor correspondente: jovalerio.nutri@gmail.com

O consumo de alimentos industrializados, com altas taxas de gordura, açúcar e sal podem causar muitos males à saúde como obesidade, diabetes hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, dentre outros. O trabalho tem por objetivo apresentar as políticas públicas de educação alimentar implementadas no país e relatar brevemente sua aplicação nas escolas públicas em Rondônia. Para a elaboração deste trabalho foram selecionadas publicações científicas, tendo como descritor de busca: políticas públicas e educação alimentar e conscientização nutricional. O panorama brasileiro de obesidade tem se revelado um novo desafio para a saúde pública, devido ao crescimento alarmante nos últimos 30 anos. Dentre outros fatores, essa mudança do perfil nutricional no Brasil deve-se tanto à desnutrição, como à má nutrição, revelando a importância de adoção de políticas públicas de educação nutricional. E é na fase da infância que começam a formação e internalização desses padrões de comportamento alimentar. Todavia, muitas famílias não possuem condições financeiras e conhecimento suficientes ou tempo para orientar os filhos a uma alimentação saudável, existe um reconhecimento de que a escola tem papel fundamental, por ser a instituição de maior repercussão para profissionais da área, crianças e adolescentes depois da família. Embora palestras de conscientização ministradas por nutricionistas extensivas aos pais façam parte das ações das políticas públicas, a grande maioria da população carente não consegue ter estreita participação da vida escolar dos filhos. Todavia, foi observado que a criança tem um poder muito grande de convencimento e, a partir do momento em que é ensinada na escola, torna-se agente promotora de saúde na família. Para cativar a criança e o adolescente no aprendizado sobre os hábitos alimentares saudáveis, o educador deve adotar várias estratégias de ensino, utilizar as tecnologias disponíveis, processos lúdicos e interativos que favoreçam a associação da prática alimentar à promoção da saúde. Nessa linha pedagógica, os projetos promoveram ações como degustação



de alimentos, cultivo de horta escolar, oficinas de culinária, palestras, trabalhos com artes gráficas, exposição de técnicas de segurança sanitária. Inclusive, pesquisas mostram que o engajamento dos alunos foi bem satisfatório e muitos objetivos foram atingidos como identificação dos maus hábitos e troca por bons hábitos, percepção de que a alimentação saudável pode ser gostosa e prática, mesmo a despeito de dificuldades financeiras e deficiências de infraestrutura. Dentre os principais programas nacionais de conscientização alimentar estão a PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que em parceria com o Ministério da Educação, por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), fizeram um manual de orientação sobre alimentação escolar nas escolas, cujo conteúdo inclui palestras educativas, supervisão de nutricionista, estratégias lúdicas de ensino, oficinas de preparação e degustação de alimentos, oferta de alimentação variada priorizando a vocação agrícola da região (30% dos recursos repassados é destinado para compra de produtos da agricultura familiar rural), frutas descascadas e cortadas em formatos variados, bolos, vitaminas, controle da quantidade de alimentos oferecida, da entrada de alimentos industrializados no âmbito escolar, oferta e incentivo ao consumo de água potável, limitadores da quantidade de gordura, açúcar e sal no preparo da merenda, disposição de refeitório adequado. Contudo, a realidade em nosso país e notadamente, em nosso estado é mais precária. As escolas carecem de fiscalização quanto à aplicação das políticas públicas e de investimentos mais robustos. Através do PNAE os estudantes dos ensinos médio e fundamental recebem o valor de 0,36 centavos por dia para garantir a merenda escolar. Ainda se encontra bolacha de água e sal industrializada como merenda, a despeito das diretrizes que incentivam uma alimentação diversificada e caseira. A FNDE divulgou uma lista ano passado das escolas que finalizaram a Jornada de Educação Alimentar e Nutricional, dentre as 413 listadas, apenas os municípios de Machadinho e Ouro Preto são citados. Diante do exposto concluiu-se que há um tímido engajamento das escolas públicas nos programas de conscientização nutricional. Apesar de os programas possuírem diretrizes importantes e criativas, ainda guardam distanciamento considerável frente aos problemas enfrentados pela educação pública no âmbito alimentar. Há muitos desafios pela frente, vez que estudar com fome ainda é uma realidade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas. Educação alimentar. Conscientização nutricional escolar.